



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

08/11/2010

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. DESEMBARGADORES.....	2
1.3. INSTITUCIONAL.....	3 - 4
1.4. OUVIDORIA.....	5 - 6
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. INSTITUCIONAL.....	7

Na estrada

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, iniciará hoje a sua terceira rodada de inspeção nas comarcas.

Com esse novo trabalho, Guerreiro completará 80 comarcas fiscalizadas em menos de um ano de gestão.

Estão no roteiro do corregedor as comarcas de Coroatá, Coelho Neto, Caxias e Vargem Grande, onde verificará a qualidade da prestação de serviços.

Com a dedção do Superior Tribunal de Justiça de barrar advogados à vaga do quinto constitucional que possuem a “ficha suja”, alguns candidatos a desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão vão ter que pensar duas vezes.

CNJ socorre os tribunais para evitar novos cortes no orçamento do Judiciário

Grupo de Apoio aos Tribunais formado por juízes ajudará na negociação com o Legislativo e o Executivo para evitar novos cortes que comprometam o Judiciário

BRASÍLIA - O Judiciário está se mobilizando para evitar novos cortes no orçamento, especialmente nos tribunais estaduais. Por ordem direta do presidente Cezar Peluso, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou o Grupo de Apoio aos Tribunais, que ajudará na negociação com o Legislativo e o Executivo para evitar novos cortes que possam comprometer o funcionamento do Judiciário. O grupo é formado por juízes auxiliares do CNJ, que não atuam quando o caso diz respeito a seu tribunal de origem.

A idéia de criar o grupo partiu do próprio CNJ que, ao colher dados do país inteiro, constatou que a Justiça Estadual gastou R\$ 21 bilhões e quase 90% foram usados para pagamento de juízes e servidores. "Acaba faltando receita para investimento e modernização, e isso diretamente retarda a resposta e dificulta a acessibilidade do cidadão à Justiça. No Sul e no Sudeste não se percebe muito isso, mas no Nordeste e no Norte, principalmente no interior, tem juiz que não tem computador, não tem maquinário, não tem internet para se atualizar da jurisprudência", informou o secretário-geral do CNJ, Fernando Marcondes.

O primeiro estado que receberá apoio do grupo é São Paulo. Para o orçamento de 2011, o Tribunal de Justiça de São Paulo

(TJ-SP), o maior do país, enviou mensagem à Assembleia Legislativa solicitando o montante de R\$ 12,3 bilhões, mas o Legislativo cortou o valor em mais da metade, restando R\$ 5,6 bilhões. "Um corte como esse engessa a atividade do Poder Judiciário, pode ter até problema no pagamento dos servidores ou acabar gerando outra greve como tivemos este ano, que é algo catastrófico", disse Marcondes.

Segundo ele, também há problemas nas Justiças do Trabalho e Federal, que, apesar de superavitárias, usam grande parte do orçamento para pagar servidores, sobrando pouco para investir em tecnologia, capacitação, modernização e aumento do número de magistrados e servidores para atender à crescente demanda pelo serviço judicial.

Juízes - Mesmo que o problema seja generalizado, Marcondes afirma que a situação mais crítica é no Norte e no Nordeste. "No Acre, tivemos notícia de que o tribunal não está conseguindo dar posse na promoção de juízes porque não tem verba para pagar. O prejuízo é para a população, que fica desatendida por não ter um juiz na Vara que deveria ocupar por falta de verba", informou

Além do Acre, outros estados cotados para receber apoio do

grupo ainda este ano são o Amazonas e Sergipe, mas apenas um será escolhido. "A idéia é continuarmos o trabalho no próximo ano com todos os tribunais que necessitam de apoio na negociação", afirma Marcondes, que acredita que a dificuldade para discutir orçamento vem da tradição de o juiz só falar nos autos. "O Judiciário não sabe negociar, mas é bom para cobrar para o governo", ressaltou.

Para o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Mozart Valadares Pires, não há brechas para negociação de valores menores do que estabelece a Constituição Federal. "Uma das atribuições do Executivo é a cobrança de impostos, e depois tem que distribuir com os demais Poderes. Os presidentes dos tribunais não podem abrir mão, precisam lembrar que o pedido não é político, não é da presidência, é do Poder Judiciário e da sociedade", analisou.

Para o presidente da AMB, caso o valor aprovado seja menor do que manda a lei, os tribunais devem deixar a negociação de lado e entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir na Justiça o direito ao orçamento mínimo. "Toda vez que o Executivo nega o mínimo, o STF garante o repasse integral, já há vários casos nesse sentido", afirmou.

Ag. Brasil



Cezar Peluso, presidente do CNJ, criou grupo de juizes para negociar

“

Nas regiões
Nordeste
e Norte,
notadamente
no interior,
tem juiz sem
computador,
sem
maquinário,
sem internet”

Fernando Marcondes,
Secretário-geral do CNJ

Para ouvir

O desembargador José Bernardo Rodrigues tem a partir de hoje um grande desafio pela frente: será ouvidor do Tribunal de Justiça.

Sua tarefa será ouvir, registrar, avaliar e encaminhar críticas e denúncias contra o Poder Judiciário.

A Ouvidoria será instalada hoje, no Shopping Jaracati, com a presença do presidente Jamil Gedeon e do ministro do STF, Gilmar Mendes.

Agenda

Ex-presidente do STF, Gilmar Mendes é um dos participantes do II Curso de Especialização em Direito Constitucional, na UNDB.

Mendes fará a aula inaugural, às 19h, com a conferência "O Supremo Tribunal Federal e a Jurisdição Constitucional".

Do evento, participarão quase 50 magistrados maranhenses. É resultado de uma parceria entre o Tribunal de Justiça (TJ), a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (Esmam) e a UNDB.

Editorial

Canal oportuno

O Tribunal de Justiça inaugura hoje um serviço da maior relevância e que pode contribuir de maneira expressiva, e até decisiva, para a melhoria dos serviços prestados pela Justiça ao cidadão que a mantém e que dela depende para existir de maneira decente dentro das regras do estado democrático de direito. O serviço é a Ouvidoria, um segmento do Poder Judiciário com a responsabilidade de ouvir o que a sociedade diz a seu respeito.

Recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Ouvidoria já está funcionando em vários Tribunais de Justiça do país e sendo instalada em outros. No Maranhão, a decisão de instalá-la foi aprovada pelo Colégio de Desembargadores no primeiro semestre; em seguida, houve a eleição do ouvidor – o experiente desembargador José Bernardo Rodrigues – e agora está instalando o serviço em caráter definitivo.

Qual o papel da Ouvidoria do Tribunal de Justiça? É simples: ela será o canal por meio do qual a sociedade manifestará suas críticas, dúvidas e incertezas sobre as ações do Poder Judiciário. Tais manifestações serão reunidas, analisadas e encaminhadas aos segmentos, para serem solucionadas, de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

Não é novidade que o Judiciário é um Poder que funciona com muitas deficiências, que vão desde o número insuficiente de magistrados, passando pela estrutura deficitária e chegando ao desvio de conduta de um ou outro dos servidores que de-

veriam zelar pela ética e pelas normas legais. Daí porque funciona com um Regimento Interno, com a Lei Orgânica da Magistratura, e dispõe de uma gestão estruturada e de uma Corregedoria.

A Ouvidoria a ser instalada hoje será mais um item no sistema de controle das atividades do Poder Judiciário. Com a diferença de que não será um instrumento de controle inter-

no, mas um canal de comunicação com a sociedade, que por seu intermédio poderá levar suas dúvidas, reclamações e críticas ao Poder Judiciário, com a garantia de que elas chegarão aos órgãos de avaliação e decisão do Poder. Isso porque, numa sociedade democrática, não é aceitável que um Poder como o que zela pela aplicação das leis e tem a função essencial de assegurar direitos do cidadão não disponha de um elo com a sociedade nessa direção. Daí ser louvável a providência do presidente do Poder, desembargador Jamil Gedeon, avaliada pela Corte de Justiça.

Sob a direção do desembargador José Bernardo Rodrigues, a Ouvidoria certamente atuará de maneira correta, eficiente e, sobretudo, equilibrada. Afinal, o ouvidor, que percorreu todas as esferas do Poder, tem conhecimento profundo e consciente da realidade, o que lhe dá condições de avaliar com precisão a natureza e os argumentos de uma denúncia ou reclamação do cidadão. Assim, não será precipitado afirmar que hoje o Poder Judiciário do Maranhão dá mais um passo para melhorar ainda mais seus serviços.

**O ouvidor, que
percorreu todas as
esferas do Poder, tem
conhecimento profundo e
consciente da realidade**

TRIBUNAIS

O Judiciário está se mobilizando para evitar novos cortes no orçamento, especialmente nos tribunais estaduais. Por ordem direta do presidente Cezar Peluso, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou o Grupo de Apoio aos Tribunais, que irá ajudar na negociação com o Legislativo e o Executivo para evitar novos cortes que possam comprometer o funcionamento do Judiciário. A ideia de criar o grupo partiu do próprio CNJ que, ao colher dados do país inteiro, constatou que a Justiça Estadual gastou R\$ 21 bilhões e quase 90% foram usados para pagamento de juízes e servidores.